

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosângela Teles Carminati Soares	
Andréia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Data de aceite: 01/05/2021

Anelise Kologeski

ID Lattes: 9465548213266111

RESUMO: Educação inclusiva é o ramo da educação que visa ensinar alunos com necessidades especiais no âmbito educacional, podendo ser em turmas especiais ou em salas regulares. A sala de recursos pedagógicos é um local da instituição de ensino onde as habilidades específicas de cada aluno inclusivo podem ser aproveitadas ao máximo, podendo ser dentro da sala de aula regular ou em um local separado. A metodologia usada para este estudo foi a revisão de literatura onde buscou-se em banco de dados científicos trabalhos e livros já publicado sobre a temática a ser tratada. O objetivo geral foi dissertar sobre a avaliação escolar para alunos especiais e a importância da implementação e utilização da sala de recursos pedagógicos. Sendo assim, conclui-se que para o bom desenvolvimento e aprendizagem de um aluno especial a sala de recursos pedagógicos é um aliado essencial para que cada um possa se desenvolver em seu tempo, focando em suas habilidades.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Inclusiva. Avaliação Escolar. Sala de Recursos Pedagógicos.

ABSTRACT: Inclusive education is the branch of education that aims to teach students with

special needs in the educational field, which can be in special classes or in regular classrooms. The pedagogical resource room is a place of the educational institution where the specific skills of each inclusive student can be made the most of, and can be within the regular classroom or in a separate location. The methodology used for this study was the literature review, where we searched the scientific database for works and books already published on the subject to be treated. The general objective was to talk about school evaluation for special students and the importance of implementing and using the pedagogical resource room. Therefore, it is concluded that for the good development and learning of a special student, the pedagogical resource room is an essential ally so that each one can develop in their time, focusing on their skills.

KEYWORDS: School inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva não pode ser fornecida no vácuo. Pelo contrário, são necessárias muitas formas de apoio, incluindo infraestruturas de educação fisicamente acessíveis, transporte escolar, dispositivos de assistência, professores experientes e - principalmente - apoio em dinheiro para pais carenciados e seus filhos que não frequentam a escola. De maneira abrangente e ambiciosa, o Plano Nacional do Brasil “Viver sem Limite” abordou todas essas questões (DUARTE, 2012).

O Plano Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2011, intitulado “Viver sem Limite”, visa implementar novas iniciativas e intensificar políticas existentes em benefício de pessoas com deficiência, abordando questões de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade. Implementados por 15 ministérios, as várias medidas incluíam salas de aula e transporte acessíveis, acesso a treinamento técnico, a promoção da acessibilidade no ensino superior, educação bilíngue, bem como um Programa Contínuo de Benefício em Dinheiro para ajudar as escolas a localizar crianças fora da escola. com deficiência e para matriculá-los na escola. No quadriênio de 2011 a 2014, o Plano Nacional investiu US \$ 1,9 bilhão (R \$ 7,6 bilhões) (DUARTE, 2012).

O Plano reúne vários ministérios, além do Ministério da Educação, para melhorar direta ou indiretamente o acesso à educação regular. O Programa Contínuo de Benefício em Dinheiro é uma boa prática em particular, pois permite que os funcionários da escola busquem ativamente as crianças que estão fora da escola, avaliem a situação das famílias e lhes forneçam os meios para levar seus filhos à escola. Ainda, para reforçar o direito da educação inclusiva e para todos, existem mais programas e leis que são estabelecidos para dar suporte para que essa educação aconteça (CAIADO; LAPLANE, 2009).

Para o desenvolvimento deste estudo será adotada o método descritivo, com abordagem qualitativa. O estudo será realizado por meio de pesquisa de revisão bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2007) este tipo de pesquisa é definido como o levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia que já foi publicada sobre o tema, e possibilita que o pesquisador entre em contato com estes materiais e aprofunde os conhecimentos sobre o assunto. A busca foi realizada em bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), monografias, dissertações, artigos científicos

Os critérios de inclusão dos estudos para o levantamento bibliográfico serão textos completos, na língua portuguesa, com acesso livre e gratuito nas bases de dados acima citadas. Os critérios de exclusão foram estudos que não atendam os objetivos do estudo.

Este artigo teve como objetivo geral dissertar sobre a avaliação escolar para alunos especiais: importância da implementação e utilização da sala de recursos pedagógicos e por objetivos específicos: a) conceituar educação inclusiva; b) discorrer sobre a importância da família e da sociedade na educação inclusiva e c) discorrer acerca da implantação e utilização da sala de recursos pedagógicos.

Sendo assim, este estudo se justifica por trazer importantes implicações para o campo da educação inclusiva já que demonstra a importância de se ter uma sala de recursos multivariados em uma instituição de ensino afim de atender os alunos com necessidades especiais.

2 | A IMPORTÂNCIA DE TODOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 O Professor na Educação Inclusiva

No processo educacional, o professor desempenha um dos papéis mais importantes e insubstituíveis. No contexto da questão em questão, parece necessário desenvolver e fortalecer as capacidades profissionais do professor, que podem ser vistas a partir de uma perspectiva geral, que é a capacidade de ser um professor, ou de um ponto de vista específico, que é a capacidade de ensinar uma disciplina escolar específica (COSTA, 2010).

Da prática, sabe-se que mesmo um professor experiente às vezes entra em situações em que não tem a experiência para realizar as ações corretas. Nessas situações, o professor pode avaliar as próprias habilidades e habilidades como insuficientes para lidar com a situação. A questão que permanece é como influenciar a ideia subjetiva do professor sobre as próprias habilidades e possibilidades, como influenciar a própria capacidade percebida (GOMES, 2015).

Existem basicamente duas formas: auto regulação e intervenções externas. O primeiro método baseia-se no pressuposto de que, durante sua carreira, cada professor avalia os sucessos e os fracassos, compara-se aos colegas, valida as próprias possibilidades e limites. O segundo método de intervenção externa não é fácil. Uma mudança na própria capacidade percebida pode acontecer somente quando o feedback convincente quebra os equívocos anteriores do indivíduo sobre suas próprias possibilidades (SILVA, 2010).

É essencial rastrear as opiniões dos professores sobre a inclusão, não apenas suas atitudes, experiência, mas também a necessidade de educação profissional continuada que influencia significativamente o processo educacional e seus resultados. Também acreditamos que é importante obter informações sobre a formação continuada de professores em relação à inclusão e à experiência dos professores na educação de alunos com necessidades educacionais especiais (MINETTO, 2008).

A questão da educação inclusiva está intimamente associada às seguintes condições para o sucesso da educação: pais e família; escola; professores; aconselhamento e diagnóstico, significa educação especial; apoio (professor de apoio, assistente pessoal, reabilitação, compensação e ferramentas de aprendizagem, adaptação às condições educacionais); outros fatores (barreiras arquitetônicas, mecanismos sociopsicológicos, organizações de pessoas com deficiência de saúde); e o transporte (transporte é um dos fatores que influencia a decisão dos pais sobre o tipo de escola) (SILVA, 2010).

O sistema de educação inclusiva considera que, se uma criança não está aprendendo, o problema está no sistema educacional e não na criança deficiente. As dificuldades surgem por causa de métodos rígidos e currículo, ambiente inacessível, professores não treinados e má qualidade de ensino, falta de atitudes adequadas por parte dos professores, falta de apoio de órgãos públicos etc., assim, o foco muda de fazer o sistema educacional responsável (DUTRA, 2007).

As habilidades das crianças variam, algumas aprendem rápido, enquanto algumas estão demorando para entender as coisas. A compreensão de vários assuntos também varia de aluno para aluno. Algumas crianças podem entender o conceito de matemática muito mais rápido do que suas contrapartes, enquanto outras podem ser boas em habilidades de linguagem (MACEDO, 2007).

O papel do professor não é apenas ensinar o assunto, mas também fornecer outros treinamentos, como treinamento de mobilidade, treinamento de autocuidado, preparação de material didático de acordo com as necessidades das crianças deficientes, treinamento em uso e manutenção de auxílios e assim por diante. Estratégias de ensino em relação a deficiências específicas foram indicadas (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Argumenta-se frequentemente que a falta de conhecimento por parte dos professores em sala de aula, atribuída à falta de treinamento, é a principal barreira à inclusão. A inclusão envolve o uso de apoio, às maneiras pelas quais os professores respondem às diferenças individuais durante o ensino de toda a turma, as escolhas que fazem sobre o trabalho em grupo e utilizam o conhecimento especializado (TUNES; TACCA; BARTHOLO JUNIOR, 2005).

Assim, o papel do professor na educação inclusiva é: a) a identificação das crianças com deficiência na sala de aula; b) encaminhar o identificado para os especialistas para posterior análise e tratamento; c) aceitar as crianças com deficiência; desenvolver atitude positiva entre crianças normais e deficientes; d) colocar as crianças na sala de aula em lugares apropriados para que elas se sintam confortáveis e sejam beneficiadas pela interação em sala de aula; e) remoção de barreiras arquitetônicas, sempre que possível, para que as crianças com deficiência se movam de forma independente; f) envolver as crianças com deficiência em quase todas as atividades da sala de aula; g) fazer adaptação adequada na transação curricular para que as crianças com deficiência aprendam de acordo com sua capacidade; h) preparativos de material didático / adaptação de material didático que ajudará as crianças com deficiência a aprender; i) orientação dos pais e aconselhamento e programa de conscientização pública através de atividades escolares; j) colaborar com os painéis médicos e fisiológicos, trabalhos sociais, pais e professores especiais; k) construção de ferramenta de realização e diagnóstico; l) adaptação em avaliação para crianças com necessidades especiais; e m) fornecer instrução corretiva para as crianças que precisam dela (DUTRA, 2007).

O professor deve fornecer apoio holístico e de alta qualidade e envolvimento focalizado com as crianças com necessidades especiais, com base em uma perspectiva conjunta, compreensão mútua e trabalho em rede. Os professores, com o apoio do diretor da escola, colegas, educadores especiais e pais, devem desenvolver formas eficazes de superar as barreiras à aprendizagem e apoiar o ensino efetivo, observando a qualidade do ensino e os padrões de realização dos alunos e definindo metas de aprimoramento (TUNES; TACCA; BARTHOLO JUNIOR, 2005).

O professor trabalha como um catalisador entre o diretor da escola e as crianças com necessidades especiais e seus pais. É o professor que vê formas novas e inovadoras para satisfazer a necessidade educacional, social e emocional da criança com necessidades especiais. Qualquer que seja o tipo de sala de recursos, o professor com seu compromisso, habilidade e conhecimento pode reprojotá-lo para ser útil, criativo e interessante. Um dos principais papéis é apoiar o professor no atendimento das necessidades das crianças com necessidades especiais (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

2.1.1 Competências dos professores para a educação inclusiva

As atuais reformas que se dedicam ao esforço de reestruturação das escolas destinadas a implementar programas eficazes de inclusão apresentam desafios significativos para os professores de escolas regulares. O sucesso desses esforços depende em grande parte da capacidade de resposta e disposição desses professores para atender às necessidades educacionais e sociais dos alunos com diferentes habilidades (CAMBI; ZANINELLI, 2015).

Os professores são agora obrigados a ter uma série de habilidades e competências adicionais, geralmente não praticadas em salas de aula regulares. O Arquivo Aberto sobre Educação Inclusiva (UNESCO, 2006) sugere uma série de requisitos dos professores, da perspectiva de currículos inclusivos como a participação dos professores no desenvolvimento de currículos em nível local, seu desenvolvimento de habilidades para adaptação de currículo, gerenciamento de uma faixa composta de atividades de sala de aula, fornecendo suporte à aprendizagem dos alunos, trabalhando fora das limitações do assunto tradicional e de maneiras culturalmente sensíveis.

Poucos pesquisadores argumentam que agora espera-se que os professores façam quase todas as funções do papel de um professor de educação especial. A diferença, no entanto, é que eles não receberam um treinamento intensivo nas habilidades que são possuídas por educadores especiais (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Espera-se agora que esses professores incorporem a dimensão adaptativa em todos os seus esforços para crianças com necessidades especiais. Como é possível afirmar, conhecimento mais profundo e maior confiança no ensino de seu (s) assunto (s); emergir melhor experiência em gestão de sala de aula para que mais tempo possa ser fornecido à instrução; saber ensinar classes de capacidade mista; aumentar a conscientização e se tornar proficiente em novas estratégias de ensino, como a aprendizagem cooperativa ou abordagens de “linguagem inteira” para a aprendizagem; e tornar-se conhecedor e capaz de responder aos diferentes estilos de aprendizagem dos seus alunos - a atenção a todas estas coisas pode certamente ajudar os professores a aumentar as oportunidades de aprendizagem dos seus alunos (SOUZA, 2013).

Os professores regulares precisam ter conhecimentos sobre os estilos de

aprendizagem e os padrões motivacionais de crianças com capacidades diferentes. Os professores devem ter uma compreensão clara dos recursos e sistemas de apoio que estão disponíveis para ajudá-los a trabalhar com alunos com deficiências. Eles devem apresentar informações aos alunos de uma maneira que lhes permita assimilar facilmente as informações (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

Vaughn e Bos (2012) sugeriram uma série de estratégias que os professores regulares exigiriam para acomodar os alunos com deficiência no ambiente de sala de aula. Estes incluem tutoria de pares, aprendizagem de domínio, aprendizagem cooperativa e análise de comportamento aplicada. A literatura também aponta que os professores em sala de aula são obrigados a usar estratégias instrucionais como instrução diferenciada, aprendizagem baseada em atividades, instrução adaptativa e individualizada e ensino e cultura.

Para facilitar os resultados de aprendizagem dos alunos com capacidades diferentes em ambiente de sala de aula regular o Conselho para Crianças Excepcionais (2010) desenvolveu e validou um núcleo comum de conhecimentos e habilidades essenciais mínimos necessários para a entrada na prática profissional em educação especial. Inclui fundamentos filosóficos, históricos e legais da educação especial; características dos alunos; avaliação, diagnóstico e avaliação; conteúdo instrucional e prática; planejamento e gerenciamento do ambiente de aprendizagem; gerenciamento de comportamento do estudante e habilidades de interação social; comunicação e parcerias colaborativas e; profissionalismo e práticas éticas (CAMBI; ZANINELLI, 2015).

Embora todas essas habilidades possam não ser necessárias para os professores regulares em sala de aula, um certo nível de habilidade nessas competências, no entanto, é exigido desses professores quando se espera que eles trabalhem com crianças com necessidades especiais. Existem algumas competências que são testadas em campo e apoiadas como métodos prováveis para fornecer instruções eficazes a alunos com necessidades diversas de aprendizagem (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Alguns deles, que são amplamente utilizados, incluem: tutoria entre pares, aprendizagem cooperativa, habilidades de autogerenciamento, instrução diferenciada e uso de tecnologia assistiva. Os professores da escola, especialmente, precisam ser habilidosos em habilidades como o fornecimento eficaz de instruções e o gerenciamento apropriado de uma sala de aula que é caracterizada pela diversidade (GOMES, 2015).

2.2 A Família na Educação Inclusiva

A participação dos pais no processo de tomada de decisão da educação especial é de vital importância. A coisa mais importante que os pais podem fazer é garantir que estejam envolvidos e tenham um papel ativo como membros da equipe do Programa de Educação Individual (IEP) que determina o caminho de um aluno. A equipe do IEP é responsável por tomar decisões educacionais para os alunos e aborda questões como elegibilidade,

avaliação, desenvolvimento de programas e colocação de uma criança em programas de educação especial ou superdotados (COSTA, 2010).

Há uma série de fatores variados que influenciam o estabelecimento da cooperação entre pais e professores, e estes incluem fatores culturais, linguísticos, socioeconômicos e históricos. Vários autores têm postulado a participação dos pais em figuras de educação como um dos aspectos mais importantes das reformas educacionais atuais em muitos países, e também como o princípio fundamental do conceito contemporâneo da educação inclusiva (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Os pais estão, portanto, enfrentando demandas crescentes relacionadas ao processo de educação de seus filhos. Tais demandas, uma oportunidade ou um desafio na vida dos pais de hoje, colidem com os outros, como o trabalho (fornecendo os meios de existência) e os esforços que precisam ser investidos para lidar com o ritmo acelerado da vida e um aumento onipresente de incerteza (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

A prontidão e motivação dos pais e professores para formar uma parceria é um ponto de partida no cumprimento dos papéis dos pais na educação dos filhos. Estabelecer confiança entre os pais e aqueles que fornecem ajuda para a criança, a equipe da escola monitorando e apoiando o desenvolvimento da criança (professor / professor, pedagogo, psicólogo) é uma pré-condição importante para o início da cooperação (SOUZA, 2013)

As condições prévias para estabelecer uma boa cooperação entre pais e educadores compreendem a satisfação dos pais com seu nível de envolvimento na preparação de programas educacionais individuais, uma avaliação realista das habilidades da criança, aceitação da responsabilidade pelas crianças, comunicação bem-sucedida, estabilidade das relações e bem-estar. apoio burocrático organizado (GOMES, 2015).

Os pais desempenham um papel importante no desenvolvimento de programas de inclusão sucessivos e, portanto, muitos países fornecem diretrizes para a participação ativa e o envolvimento dos pais na educação de seus filhos. A verdadeira cooperação implica parceria no planejamento e implementação das decisões tomadas, as mesmas normas de comportamento e objetivos comumente aceitos (SILVA, 2010).

O sucesso da cooperação entre a escola e a família depende, em grande parte, da competência de comunicação de ambas as disciplinas, incluindo os pais como parceiros importantes no incentivo e a manutenção e o aprimoramento dessa cooperação. Estabelecer limites entre a casa e a escola torna-se uma pré-condição importante para estabelecer uma cooperação satisfatória, enquanto a indefinição de fronteiras e a falta de papéis claramente definidos têm um efeito desfavorável no desenvolvimento de parcerias (MACEDO, 2007).

O início da parceria com a escola é sobrecarregado por numerosos medos vivenciados por pais de crianças com deficiência: Como a escola aceitará a criança? A criança conseguirá dominar pelo menos uma parte do currículo? Ele será aceito pelo professor e pelos colegas? A criança começará a se ressentir com compromissos escolares quando encontrar o primeiro problema? Infelizmente, a maioria desses temores se justifica,

já que, mesmo antes de a criança começar a escola, os pais tiveram muitas experiências negativas (em seus arredores, instituições de saúde, brincando com colegas no jardim de infância) (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Ainda assim, apesar dos medos, pais de crianças com deficiência pensam que a inclusão na educação regular se mostra útil para eles e seus filhos. A inclusão lhes permite resolver ou mitigar os problemas existentes, formar uma percepção realista da criança e de suas habilidades, estabelecer relações mútuas de qualidade na família, trocar experiências com pessoas que têm problemas semelhantes e encontrar alívio dos encargos e necessidades cotidianas. ansiedade (CARVALHO, 2010).

Pais de alunos com deficiência pensam que a inclusão ajuda seus filhos a se conscientizarem de seu potencial, socializar, encontrar amigos, tornar-se cidadãos úteis e adquirir a experiência necessária para desenvolver relações amigáveis com crianças tipicamente desenvolvidas. Eles também mencionam que seus filhos precisam de um modelo para aprender discurso e habilidades sociais, e essa oportunidade é fornecida pela educação inclusiva (MANTOAN, 2013).

2.3 A Escola na Educação Inclusiva

Como sistema, a educação inclusiva deve ser flexível. Seu princípio deve ser a educação na sala de aula regular sempre que possível. Essa necessidade de flexibilidade deve se refletir nos métodos e materiais usados para dar a essas crianças o acesso mais amplo possível ao currículo regular. Ao discutir o tipo de serviço necessário, o ponto de partida deve ser sempre o melhor para a criança em particular (BEDAQUE, 2011).

Enfatizar a educação inclusiva não exclui escolas ou centros especiais. Eles ainda seriam obrigados a atender crianças com dificuldades profundas e complexas que necessitam de ajuda mais especializada e extensiva, incluindo, e. muitas crianças surdas. Essa alternativa, no entanto, não deve ser considerada, a menos que a colocação em sala de aula não atenda às suas necessidades (BATISTA; MANTOAN, 2006).

Como regra geral, há vários problemas práticos que precisam ser resolvidos antes que uma criança com necessidades educacionais especiais possa ir à escola ou participar de atividades escolares. As medidas tomadas são bastante simples, desde que sejam estimuladas iniciativas locais e não convencionais coordenadas. Deve-se lembrar também que os colegas de escola da criança representam um valioso parceiro em potencial pronto e capaz de ajudar na superação de alguns desses problemas (BAPTISTA; FRANÇA; PAGLIUCA, 2008).

Em uma sala de aula de inclusão ideal, o professor de educação especial e o professor de educação regular participam do co-planejamento. Eles trabalham juntos para elaborar planos de aula que atendam às necessidades de todos os alunos, com o professor de educação especial focando nas necessidades dos alunos com necessidades especiais (MENEZES, 2010).

Em alguns casos, no entanto, o professor de educação geral planeja as aulas em sala de aula e o professor de educação especial adapta essas lições para atender às necessidades de seus alunos. Ela também pode usar as lições para desenvolver materiais de revisão ou planejar uma instrução individual com alunos com necessidades especiais antes ou depois da aula (GOMES, 2015).

Junto com os pais, os professores também são personalidades importantes na educação inclusiva. Somente através de um professor de coração aberto, uma criança deficiente pode ser educada adequadamente. O verdadeiro professor pode capacitar uma criança deficiente a superar suas habilidades e torná-lo um cidadão produtivo da sociedade. Obtendo o apoio necessário e oportunidade dos professores, os deficientes são capazes de alcançar o sucesso no campo diferente (JABLON; DOMBRO; DICHELMILLER, 2009).

Os alunos com deficiências também precisam de compaixão, bondade, amor e cuidado do lado dos professores. Para mostrar a importância do professor para os alunos com Deficiência, é importante afirmar que educação de coração só poderia ser feita com um toque vivo de professor. Assim, a Educação Inclusiva torna-se eficaz apenas com o toque amoroso daqueles professores que têm capacidade e aptidão (SILVA, 2010).

2.4 A Sociedade na Educação Inclusiva

A educação inclusiva contemporânea deve integrar as dimensões escolar e extra escolar. Na escola, a educação inclusiva é interpretada como metodologias de ensino inclusivas; no ambiente escolar extra, tem que ser interpretado como educação comunitária, empoderamento de pessoas com deficiência, capacitação de associações de pessoas com deficiência (FERREIRA, 2005).

A escola desempenha um papel social relevante, especialmente em contextos onde a família e a comunidade apresentam graves desvantagens sociais. O papel social da escola implica o desenvolvimento de competências adicionais dos profissionais da educação, a fim de promover a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo (CARNEIRO, 2007).

Escola inclusiva significa escola para a comunidade. É realizado em territórios específicos e dentro das comunidades específicas que vivem nesses territórios. Através de suas atividades, uma escola para a comunidade envolve e apoia o comprometimento da comunidade com o direito à educação e inclusão (SILVA, 2009).

Por outro lado, a escola leva em consideração as necessidades da comunidade, promove um esforço comum para o desenvolvimento local e coesão social, cooperando, fazendo alianças, assinando acordos com instituições locais, atores sociais, econômicos e culturais da comunidade. Uma escola para comunidade é responsável socialmente. O papel social da escola é primeiramente representado por sua missão: educação para todos, com igualdade de direitos, respeitando e valorizando as diversidades (CAIADO; LAPLANE, 2009).

De acordo com a abordagem inclusiva, a escola precisa mudar suas práticas e

fazer esforços para a qualidade e sustentabilidade. O papel social da escola deve incluir uma visão onde a escola é uma instituição socialmente comprometida e responsável, que integra a missão cultural e a missão social de promover ativamente a participação da comunidade local, tudo para superar os obstáculos que limitam os direitos de cidadania, excluindo a inclusão social, enfraquecendo a autodeterminação e emancipação da pobreza e da violência (SASSAKI, 2006).

3 | IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Kassar e Rebelo (2011) acreditam que a assistência à educação profissional tem um duplo sentido: o apoio simultâneo ao ensino destinado a substituir a matrícula de alunos com deficiência pode ser prestado em “turmas especiais, escolas especiais, turmas hospitalares e assistência domiciliar”.

Kassar e Rebelo (2011) apontaram que, na última década, as políticas do governo federal passaram a ignorar a possibilidade de prestação de serviços escolares fora do sistema geral de ensino.

O instrumento para a definição legal dessa garantia é o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que permite a prestação de assistência educacional especializada de forma complementar ou suplementar, e não alternativa.

Em outras palavras, as agências especializadas devem se organizar em centros especializados de ajuda educacional para realizar ações complementares ou complementares aos locais de escolas comuns.

De acordo com o estudo de Barbalho e Porto (1992), previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, os alunos deficientes devem ter direito à uma educação especializada complementar ou suplementar à sua escolarização, podendo ser realizada de preferência em salas de recursos multifuncionais em sua própria escola, em uma escola alternativa ou ainda em um centro educacional especializado.

Segundo Corrêa (2012), a assistência à educação profissional é uma forma de garantir que cada aluno com deficiência, altamente qualificado ou superdotado seja reconhecido e cuidado.

Nesse sentido, a sala de recursos multifuncionais é um espaço organizado com palestras, materiais didáticos, equipamentos e profissionais capacitados, que podem atender às necessidades educacionais especiais e promover a construção e disseminação do conhecimento.

De acordo com a pesquisa de Lavorato e Mól (2017), o “Plano de Desenvolvimento da Educação 2007” previa a implantação da sala de recursos, que fornecia as ferramentas necessárias para atender às necessidades especiais dos alunos com deficiência, e fornecia tecnologias assistivas, como softwares, uso de Braille, livros sobre recursos ópticos e não

ópticos, mobiliário suficiente, etc. para promover o desenvolvimento escolar.

As salas de recursos multifuncionais são caracterizadas como ambientes transformadores pois tem como objetivo proporcionar ao aluno um local onde suas competências e habilidades específicas podem ser desenvolvidas de forma livre, diferente de uma sala de aula comum onde não há esse diferencial uma vez que são compartilhadas por alunos com diferentes características específicas.

As atividades desenvolvidas por essa sala são um complemento para a sala de aula regular uma vez que nesta sala de recursos é possível identificar se o processo incluso está sendo ou não efetivo. De acordo com Corrêa (2012) uma mesma sala de recursos multifuncionais pode ser capaz de atender alunos com diferentes características e necessidades educacionais específicas, como superdotação, dislexia, déficit de atenção e hiperatividade entre outras.

Há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, mobiliário adaptados e muitos outros. (CORRÊA, 2012)

Assim, para Lavorato e Mól (2017) é preciso levar em consideração que as atividades realizadas nesta sala tem o dever de promover a iniciativa e a autonomia dos seus alunos, fazendo com que a aprendizagem seja um momento de prazer e motivação, já que para construir o conhecimento deve haver a participação ativa. A autoconfiança é uma máxima essencial para que o processo de aprendizagem seja eficaz. Dessa forma, é possível determinar que a sala de recursos tem sua importante participação para promover o desenvolvimento humano de alunos especiais.

4 | CONCLUSÃO

A educação inclusiva não é apenas sobre a escola ou classe em particular que uma criança frequenta. É também sobre o que acontece nessa escola ou classe.

A educação inclusiva significa encorajar cada criança a participar da atividade cotidiana da escola e ajudar todas as crianças a obter o máximo da escola.

A educação inclusiva significa garantir que o sistema se ajuste para atender às necessidades das crianças, em vez de esperar que as crianças “se encaixem” no sistema.

A sala de recursos multifuncionais é considerada uma oportunidade para alcançar

a integração da educação para pessoas com deficiência. Responsável por mediar este processo, proporcionando aos alunos recursos que conduzam à aprendizagem e proporcionando aos professores outras opções de promoção do ensino.

Os requisitos de sala de recursos são diferentes da aparência dos gerentes, mas o mais importante, eles são diferentes da aparência dos governadores que fazem políticas públicas. A pessoa está caminhando no caminho da tolerância, mas ainda está longe do destino.

Assim, é possível concluir que por mais que se encontre barreiras para a aprendizagem e a prática na educação especial e inclusiva, muito se tem feito para que a inclusão seja feita de maneira efetiva.

O presente estudo sugere que novas pesquisas sejam realizadas sobre esse tema a fim de contribuir com o avanço científico na área da educacional.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, R. S.; FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. **Política de inclusão do portador de deficiência**: possibilidades e limites. Acta Paul Enferm, v. 21, n. 1, p. 112-6, 2008.

BARBALHO, J.; PORTO, W. C. **Constituição federal brasileira**: comentários. Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, 1992.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 68 p.

BEDAQUE, S. A. P. **O atendimento educacional especializado no processo de inclusão escolar, na rede municipal de ensino de Mossoró/RN**. Natal, dez. 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2006 □ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006, 56 p.

CAIADO, K. R.; LAPLANE, A. L. **Programa educação inclusiva**: direito à diversidade uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 303-315, maio/ago. 2009.

CAMBI, E.; ZANINELLI, G. **Direito fundamental à educação, exclusão social e cidadania. Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional**. São Paulo, v. 9, n. 11066, p. 721 - 748, Ago/2015. Acesso em: 25 out. 2018. Base de Dados RT Online.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: Possibilidades e Limitações. RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CORRÊA, N. M. **Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande-MS**: análise dos indicadores, 2012.

COSTA, S. M. **Educação especial em tempos de Educação Inclusiva**: identidade docente em questão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

DUARTE, M. R. T. **Educação e desenvolvimento**: modos de regulação dos sistemas educacionais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 30, n. 2, 683-718, maio/ago. 2012.

DUTRA, C. P. **Inclusão**: Diversidade também se aprende na pré-escola. *Revista Nova Escola*, maio de 2007.

FERREIRA, V. **Educação especial**: Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Ideias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GOMES, M. M. **O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão**: um caminho em construção. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015.

JABLON, J. R.; DOMBRO, A. L.; DICHELMILLER, M. L. **O poder da observação**: do nascimento aos 8 anos. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KASSAR, M. D. C. M.; REBELO, A. S. **O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. Prática Pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVORATO, S. U.; MÓL, G. S. **Sala de recursos multifuncionais sob a ótica dos gestores educacionais do Distrito Federal**. CIAIQ 2017.

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. **Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores**. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

MACEDO, L. **Fundamentos para uma educação inclusiva**. 2007.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas Escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENEZES, S. A. B. **A democratização do ensino superior e a inclusão de pessoas com deficiência**: algumas reflexões para a educação a distância. 2010.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, L. M. **Educação inclusiva e a formação de professores**. 2009. 90 f. Monografia. Curso de Especialização *Latu Sensu* à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Cuiabá. Cuiabá, 2009.

SOUZA, S. M. O. **A afetividade do educador na promoção de atitudes de inclusão no contexto da educação pré-escolar.** 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial) - Universidade Fernando Pessoa, 2013.

TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; BARTHOLO JUNIOR, R. S. **O professor e o ato de ensinar.** Cad. Pesqui., set./dez. 2005, vol.35, no.126, p.689-698. ISSN 0100-1574.

VAUGHN, S.; BOS, C. S. **Strategies for teaching students with learning and behavior problems.** (8th Ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, Inc., 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br